



Av. Loureiro da Silva, 255 - Bairro Centro Histórico, Porto Alegre/RS, CEP 90013-901
Telefone: (51) 3220-4346 - <http://www.camarapoa.rs.gov.br/>

ATA DE REUNIÃO

ATA DA DÉCIMA SEXTA REUNIÃO (ORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE SAÚDE E MEIO AMBIENTE DA TERCEIRA SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA DÉCIMA OITAVA LEGISLATURA, EM 30-05-2023.

Aos trinta dias do mês de maio de dois mil e vinte e três, às dez horas e três minutos, conforme Resolução nº 0589/22, reuniu-se, através de videoconferência pela plataforma Zoom (<https://zoom.us/>), a Comissão de Saúde e Meio Ambiente da Câmara Municipal de Porto Alegre, com a presença dos vereadores José Freitas, Cláudia Araújo, Aldacir Oliboni, Lourdes Sprenger, Mônica Leal e Psicóloga Tanise Sabino. Também esteve presente a vereadora Biga Pereira. Constatada a existência de quórum, o senhor Presidente declarou abertos os trabalhos e, de imediato, foi aprovada a Ata da reunião (ordinária) anterior, tendo sido dispensada a leitura da mesma. De imediato, foram DISTRIBUÍDOS, para Parecer, os seguintes processos: ao vereador José Freitas o Projeto de Lei do Legislativo nº 423/22 (Processo nº 0873/22) e ao vereador Aldacir Oliboni o Projeto de Lei do Legislativo nº 013/23 (Processo nº 0035/23). Dando prosseguimento, o senhor Presidente comunicou que a presente Audiência Pública seria destinada à apresentação, por parte da Secretaria Municipal de Saúde (SMS), do Relatório de Gestão de Saúde do primeiro quadrimestre de dois mil e vinte e três e, de imediato, destacou a presença do senhor Fernando Ritter, secretário da SMS, bem como demais nomes registrados na lista de presenças. A seguir, o senhor Presidente, o vereador José Freitas, leu o edital da presente Audiência Pública, destacando que este havia sido publicado no Diário Oficial de Porto Alegre, em jornal de grande circulação e no site deste Poder Legislativo, em atendimento à legislação vigente. Na sequência, o senhor Presidente concedeu a palavra ao secretário de Saúde para que efetuasse a apresentação do relatório. O senhor Fernando Ritter iniciou tratando da questão da dengue, afirmando que o cenário atual é uma grande problemática, descrevendo taxas de notificações, confirmações e óbitos e chamando atenção para a alta incidência de casos na região leste do município. Informou, ainda, estarem disponíveis informações sobre a dengue, bem como demais doenças transmitidas pelo mosquito *Aedes aegypti* no site "Onde está o Aedes". Discorreu sobre a Operação Inverno, que contará com incremento de verba neste ano, detalhando os acréscimos de recursos humanos e leitos na rede de assistência à saúde. Além disso, também expôs informações das internações devido a causas respiratórias, com dados segmentados por faixa etária. Nesse sentido, destacou a tendência crescente de internações pediátricas, declarando que essa demanda tem pressionado a rede. Apresentou dados sobre a cobertura vacinal contra a Influenza, mencionando que apenas quarenta por cento da população dos grupos de risco encontra-se vacinada, acarretando sobrecarga nos serviços de atendimento. Tratou também de indicadores do Programa de Metas, sublinhando os resultados alcançados e as metas ainda não atingidas. Quanto ao financiamento do Sistema Único de Saúde (SUS) no município informou dados de suficiência e disponibilidade de recursos, quantidades e origens de valores recebidos mediante emendas parlamentares e também comentou o Programa Assistir, do governo estadual. Sobre esse programa, argumentou que o objetivo de aliviar a sobrecarga da rede de saúde da

Região Metropolitana não está sendo atingido na mesma proporção em que está sendo efetuada a redução de repasse de verbas a esses municípios. A seguir, foram prestadas informações sobre a composição da força de trabalho, segmentada por categoria de vínculo. Também foram detalhados dados da cobertura de atenção primária à saúde – a qual se encontra em setenta por cento da população – e da cobertura de serviços de saúde bucal. Quanto aos investimentos realizados pela SMS, foram detalhadas as obras concluídas e as obras em execução. Apresentou, também, informações sobre a saúde da população imigrante, de refugiados e de apátridas, bem como dados sobre a assistência farmacêutica. Dando continuidade, foram comunicadas informações sobre a quantidade atendimentos na rede de atenção primária à saúde, sobre os horários de atendimento das unidades de saúde e sobre a realização de exames complementares. Quanto às internações hospitalares, o senhor Fernando Ritter destacou que, apesar de a quantidade de pacientes do interior representar quarenta por cento das internações hospitalares, essas internações correspondem a cinquenta e cinco por cento das despesas com o total de internações em hospitais. Por fim, após apresentar diversos outros dados sobre a gestão da saúde no município de Porto Alegre, o secretário municipal encerrou a sua fala, colocando-se à disposição para responder questionamentos. Em prosseguimento, o senhor Presidente passou a palavra aos demais vereadores presentes para suas manifestações. O vereador Aldacir Oliboni efetuou questionamentos sobre a falta de cobertura da atenção primária à saúde, sobre a destinação dos médicos contratados pelo programa Mais Médicos, sobre a aplicação do piso salarial nacional da enfermagem e sobre a construção de dez unidades de saúde cujo financiamento ocorreria por meio de empréstimo junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). A vereadora Cláudia Araújo realizou perguntas sobre a situação da dengue, sobre a capacidade de ampliação de atendimento do Hospital Vila Nova, sobre a efetividade do modo de encaminhamento dos pacientes após a realização da primeira consulta, sobre a viabilidade de criação de novas unidades de pronto atendimento, sobre a falta de material nas unidades básicas de saúde, entre outros assuntos. A vereadora Psicóloga Tanise Sabino questionou se está previsto no Programa de Metas a criação de um centro de autismo para a população acima de doze anos de idade e questionou quais seriam as metas relativas à saúde mental. A vereadora Lourdes Sprenger apresentou dúvidas sobre ações contra zoonoses. A vereadora Mônica Leal questionou se o atendimento de pacientes do interior tem representado impedimento para o atendimento de pacientes de Porto Alegre. Por fim, a vereadora Biga Pereira fez perguntas sobre a superlotação das unidades de atendimento pediátrico diante do aumento da incidência de doenças respiratórias. A seguir, o senhor Fernando Ritter respondeu aos questionamentos reconhecendo a limitação da cobertura da atenção primária à saúde e defendendo a sua expansão. Informou, também, que os profissionais do Mais Médicos serão encaminhados para as regiões de maior necessidade quando forem recebidos. Quanto ao empréstimo junto ao BID para a construção de unidades de saúde, comunicou que o contrato ainda não foi assinado e, quanto ao atendimento de pacientes do interior, argumentou que eles não deixarão de vir a Porto Alegre em busca de atendimento médico e, sendo assim, a abordagem que o município deve adotar é a de buscar a compensação financeira por esse atendimento, sempre acolhendo esses pacientes. O secretário municipal de Saúde ainda prestou demais informações relacionadas às questões apresentadas, comprometendo-se a responder posteriormente por escrito aquelas cujas respostas não fosse capaz de fornecer imediatamente. Registra-se que o inteiro teor dos debates, após transcrição, fará parte integrante desta Ata, bem como a apresentação do presente relatório de gestão e a lista de presenças desta Reunião gerada automaticamente pelo Zoom. Às doze horas e quinze minutos, nada mais havendo a tratar, o senhor Presidente declarou encerrada esta Reunião. Do que foi lavrada a presente ata, que, após lida e aprovada, será assinada eletronicamente pelo senhor Presidente, vereador José Freitas.



Documento assinado eletronicamente por **José Amaro Azevedo de Freitas, Vereador**, em 02/06/2023, às 14:05, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no Art. 10, § 2º da Medida Provisória nº 2200-2/2001 e nas Resoluções de Mesa nºs 491/15, 495/15 e 504/15 da Câmara Municipal de Porto Alegre.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.camarapoa.rs.gov.br>, informando o código verificador **0566026** e o código CRC **201EBB2**.

Referência: Processo nº 009.00015/2022-93

SEI nº 0566026